

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

DIREITO

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ERA DA FLEXIBILIZAÇÃO: LICITUDE E ILICITUDE NA TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Leonardo Barbosa Figueiredo Gomes . Amanda Amarante ; Lucas Bressani ; João Raphael Cherem ; Daniel Queiroz Pereira (Coordenador).

Palavras-chave: Relações de trabalho, terceirização, trabalhadores na “zona grise”.

INTRODUÇÃO

O presente subprojeto de pesquisa está vinculado ao projeto de pesquisa As Relações de Trabalho da Era da Flexibilização registrado junto ao Departamento de Pesquisa desta Universidade pelo Professor Daniel Queiroz Pereira. Essa proposta tem como foco a análise interpretativa nas novas relações trabalhistas no contexto contemporâneo. Cabe ressaltar que o foco da pesquisa reside nas relações lícitas e ilícitas nas terceirizações no tecido da Administração Pública direta e indireta.

A flexibilização das relações trabalhistas é decorrente do fenômeno da globalização e da ampliação dos progressos tecnológicos, o que, de certa maneira, traz à tona um novo ajuste nas relações trabalhistas.

Destarte, dentro da conjuntura de averiguação dos pressupostos da relação empregatícia, vislumbra-se a existência de casos intermediários, cuja categorização ensaia dificuldades, em razão da heterogeneidade do procedimento de trabalho, em que a subordinação é insuscetível de exame antecipado e imediato. Nesses episódios, o desenho ou não da relação empregatícia dependerá das reais situações nas quais se realizam a prestação dos serviços concernentes.

Deste modo, neste cenário presente, pode-se avultar uma forma de flexibilização que pode ser utilizada de duas maneiras dicotômicas e diametralmente opostas: a terceirização lícita e a terceirização ilícita. O termo “terceirização” é produto do neologismo originário da palavra “terceiro”, este como sinônimo de “interveniente” ou “intermediário”. É neologismo edificado pela ciência da administração, para ressaltar a descentralização empresarial de serviços a outrem, um terceiro à empresa.

No Direito do Trabalho, a terceirização consiste no fenômeno pelo qual o operário é inserido no processo produtivo da empresa tomadora dos serviços, sem que haja conexão empregatícia a esta, a qual se guarda com a entidade e/ou empresa mediadora. Esse molde passou a existir para suavizar os custos operacionais e pelo imperativo de especialização acelerada. De acordo com Sérgio Pinto Martins, “a terceirização é a possibilidade de contratação de prestador de serviços pela empresa para desenvolver atividades que não são as suas principais”.

Por outro lado, cabe ressaltar ainda que, conforme assevera Francisco de Lima, a terceirização assume, a cada dia, formas variadas, tais como: a terceirização da mão de obra (quando a empresa contrata outra, fornecedora de mão de obra especializada, ora em limpeza, ora em vigilância etc) e a terceirização de serviços (ocorre no momento em que a empresa contrata outras para prestarem serviços especializados - como transporte, alimentação, serviços médicos - os quais não são prestados nos estabelecimentos do tomador dos serviços).

Logo, a terceirização ocasiona a gênese de uma relação trilateral, que envolve a empresa tomadora, a empresa terceirizada e o trabalhador. Distingue-se, pois, da relação bilateral típica do modelo clássico empregatício, tratando-se de uma modalidade excetiva de contrato de mão-de-obra. Dessa forma, o atravessador interpõe-se entre o empregador e o empregado, demudando a caracterização da relação de trabalho.

Tal fenômeno surgiu na esfera da Administração Pública a partir do advento do Decreto-Lei nº. 200/67, que dispõe sobre a organização da Administração Pública Federal e estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa. Em seu artigo 10, caput, preleciona o referido diploma legal que “A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada”. Perante as deformidades desse preceito legal, foi instituído outro Decreto-Lei nº 2.271/97 dispondo acerca da contratação de serviços pela Administração Pública direta e indireta. Porém, há de se avaliar também a Lei 8.666/93, cujo desígnio concerne à admissão da terceirização nas atividades-meio, ou seja, em atividades executivas e operacionais.

Por fim, mediante a apreciação dos embasamentos teóricos e legais, buscar-se-á, principalmente, o exame da problemática de enquadramento da terceirização no setor Público, principalmente à luz da Súmula nº 331 do TST, no que tange à extensão da licitude dos propósitos administrativos e trabalhistas. Diferenciando o lícito do ilícito e classificando condutas por meio de casos teóricos e casos concretos. Dissecando, assim, todas as possibilidades de modos de ocorrência do trabalho terceirizado na Administração Pública.

OBJETIVO

- Auxiliar na formação teórica e prática do aluno engajado no projeto e daqueles que venham a ter contato com os resultados obtidos, nas diversas áreas que guardem pertinência com o tema investigado, possibilitando o exercício competente da atividade de problemas jurídicos em organizações complexas;
- Contribuir para formar profissionais da área jurídica capazes de participar de forma ativa e reflexiva de processos de tomada de decisões em organizações e de liderar tais processos;
- Realizar pesquisa que transcenda o âmbito acadêmico e contribua para a promoção do desenvolvimento do país em todos os aspectos: técnico, econômico, social, cultural, educacional etc.
- Identificar as relações de emprego em face de um crescente processo de flexibilização das relações de trabalho;
- Explorar a evolução das questões acerca da terceirização no âmbito da Administração Pública e identificar suas falhas e propostas de novos critérios;

METODOLOGIA

Para consecução dos objetivos colimados, utilizou-se o método de abordagem teórico-conceitual e descritivo-interpretativo, mediante a interpretação

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

crítica dos aspectos observados em relação ao tema. Preponderou aqui o chamado raciocínio tópico entendido como uma techne do pensamento que se orienta para o problema sopesando dentro de cada situação vital as razões que aconselham ou desaconselham uma dada conduta. O método de procedimento adotado é de caráter histórico-dogmático. Assim, o procedimento investigatório se centrou assim na evolução das perspectivas doutrinárias e jurisprudenciais acerca da questão. Para tanto, foi realizado um amplo levantamento documental, englobando tanto textos legais quanto doutrinários, nacionais e estrangeiros, de modo a realizar uma exposição o mais abrangente possível, dados os objetivos e limites deste projeto. Numa segunda parte do trabalho, fixados os pressupostos teóricos da questão e revista a doutrina nacional e estrangeira concernente ao tema, efetuou-se a apreciação jurisprudencial da questão, com a análise detalhada de casos concretos, tendo por finalidade fornecer um quadro da conduta adotada pelo Poder Judiciário no trato da questão. Além disso, buscou-se empreender pesquisa de campo, sobretudo no cerne de órgãos públicos, empresas públicas e sociedades de economia mista, com o objetivo de verificar como o instituto da terceirização tem sido utilizado. Assim, acredita-se que através de tais métodos foi possível a produção de conhecimento relevante e atual sobre o tema investigado.

RESULTADOS

A partir do levantamento bibliográfico e da análise realizada, constatou-se, que a terceirização é uma realidade em nosso ordenamento jurídico, mas ainda carece de uma legislação que a regule. A terceirização é uma realidade não só por fatores econômicos, mas também pelas novas tecnologias que possibilitam atividades-fim se tornarem em atividades-meio para as empresas. Em que pese todas as argumentações favoráveis em torno do fenômeno da terceirização – que realmente traz benefícios – os prejuízos são podem ser cogitados por serem incompatíveis com a nova ordem democrática fundada na dignidade da pessoa humana e na valorização social do trabalho. Na prática, vislumbra-se um processo demorado, uma afronta ao escopo social da jurisdição, tendo em vista a não resolução da lide sociológica. Todos esses traços depreendidos e resultados obtidos enquadram-se tanto na terceirização genérica, que abriga todos os tipos da mesma, como na sua aparição na administração pública; onde, infelizmente, expõe-se clara essa falta de regulação e fiscalização que enseja a ilicitude nesse âmbito de poder.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir, portanto, que o avanço na terceirização representa um retrocesso para as garantias trabalhistas, conforme demonstram seus baixos salários, altos índices de acidentes de trabalho e a menor durabilidade de seus contratos de trabalho. E em relação aos salários, nada pode ser feito, pois, segundo o Tribunal Superior do Trabalho, não é possível sequer pleitear equiparação salarial tendo como paradigma trabalhador de empresa tomadora de serviços. Todas as críticas à terceirização são comprovadas através das pesquisas, dados e índices que demonstram a situação precária em que se encontram trabalhadores terceirizados. Em relação à terceirização no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, firmou-se entendimento de que esta responde de forma subsidiária desde que comprovada a sua culpa na fiscalização e cumprimento da legislação trabalhista. Ademais, há a impossibilidade de reconhecimento do vínculo de emprego, tendo em vista a norma constitucional que exige o concurso público para contratação de servidores e empregados públicos. Insta frisar que na seara da Administração Pública, a ilicitude na terceirização está cada vez mais evidente, clara e formando um retrocesso no que tange aos avanços conquistados pelas leis trabalhistas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Hélder Santos. Terceirização no Serviço Público. São Paulo: LTr, 2009.

BARROS, Alice Monteiro de. Contratos e Regulamentações Especiais de Trabalho. 3 ed. São Paulo: LTr, 2008.

_____. Curso de Direito do Trabalho. 6 ed. São Paulo: LTR, 2010.

CARRION, Valentim. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho (atual. Eduardo Carrion). 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 8 ed. São Paulo: LTR, 2009.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de Direito do Trabalho. 4 ed. São Paulo: Forense, 2010.

LIMA, Francisco Melton Marques de. Elementos de Direito do Trabalho e Processo Trabalhista. 13 ed. São Paulo: LTR, 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. A terceirização e o Direito do Trabalho. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. Curso de Direito do Trabalho. 5 ed. São Paulo: Dialética, 2009.

_____. Direito do Trabalho. 26 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOREIRA, Antonio Jose. Trabalho temporário: regime jurídico anotado. 2 ed. Coimbra: Almedina, 2001.



13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. 19 ed. Saraiva: São Paulo, 2004.

_____. Curso de Direito do Trabalho. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RUSSOMANO, Mozart Victor. Curso de Direito do Trabalho. Curitiba: Juruá, 2004.

SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; SEGADAS VIANNA; LIMA TEIXEIRA. Instituições de Direito do Trabalho. 22 ed. São Paulo: LTr, 2005.